

Como reduzir a violência na campanha eleitoral

Notas Introdutórias

Arrancou, esta semana, a campanha eleitoral para as eleições gerais de 9 de Outubro próximo. Historicamente, os períodos eleitorais, em Moçambique, incluindo as campanhas eleitorais, têm sido marcados por episódios de violência que ameaçam a estabilidade política, social e econômica do país.

A violência durante a campanha eleitoral é uma questão crítica que pode comprometer a integridade do processo democrático e desencorajar a participação dos eleitores.

Foi neste sentido que o Consórcio Eleitoral Mais Integridade realizou, recentemente, o terceiro webinar no âmbito dos preparativos para o escrutínio de 9 de Outubro de 2024. O evento subordinado ao tema **“como reduzir a violência na campanha eleitoral de 2024”** teve como oradores o Coordenador de Programas do Instituto Para a Democracia Multipartidária (IMD), Osman Cossing, o Porta-voz da Comissão Nacional de Eleições (CNE), Paulo Cuinica e a Activista Social Quitéria Guirengane. O evento também contou com a participação de cerca de 30 internautas.

Este **Policy Brief** foi elaborado com base nas discussões realizadas durante o evento e são exploradas as causas da violência eleitoral em Moçambique, seus impactos e estratégias propostas pelos painelistas para prevenir e mitigar esses conflitos, de modo a promover um processo eleitoral pacífico.

Causas e consequências da violência eleitoral em Moçambique

Durante o webinar, os especialistas destacaram que a violência eleitoral, em Moçambique, está profundamente enraizada na história do país, tendo em conta a guerra civil e os ciclos de conflito que deixaram marcas que continuam a influenciar os processos eleitorais. A sociedade moçambicana foi se desenvolvendo em ambientes de violência, o que se reflecte em processos eleitorais frequentemente marcados por tensões e confrontos.

Ao longo das discussões, os painelistas identificaram várias causas que contribuem para a violência durante os períodos eleitorais, com destaque para a forma como os órgãos de gestão eleitoral lidam com os processos; problemas ligados a manipulação e falta de transparência, começando pelas falhas no processo de recenseamento, o que geram desconfiança e descontentamento entre os eleitores. A exclusão de certos partidos ou candidatos proponentes de candidaturas, muitas vezes sem um argumento claro que justifica tais decisões, é percebida como injustiça. Estes factores, segundo os oradores, podem ser vistos como formas de violência simbólica, que alimentam a hostilidade e a desconfiança.

Os painelistas salientaram, ainda, que a violência eleitoral tem efeitos profundos para o processo eleitoral e não só. Os oradores entendem que os conflitos de natureza eleitoral minam a legitimidade do processo, afastam os eleitores e enfraquecem as instituições democráticas. Além disso, os painelistas alertaram que a violência eleitoral pode resultar em graves violações de direitos humanos, afectando especialmente grupos vulneráveis, como mulheres e crianças.

Estratégias de Mitigação

Fortalecimento do Quadro Legal e Institucional: A reforma do quadro legal para garantir leis eleitorais claras e aplicáveis e que possam prever sanções rigorosas para actos de violência e práticas desleais.

Monitoramento e Observação Eleitoral: Aumentar o número e a capacitação de observadores, garantindo um monitoramento abrangente e imparcial de todas as fases do processo eleitoral e estabelecer mecanismos de alerta para responder rapidamente a sinais de violência, integrando a comunicação entre observadores, forças de segurança e sociedade civil.

Educação Cívica e Engajamento Comunitário: As discussões apontaram para a importância de campanhas educativas que promovam a paz e expliquem a importância das eleições para a democracia. Tais campanhas devem ser inclusivas e

adaptadas às diversas comunidades do país, com o apoio das Organizações da Sociedade Civil.

Reforço da Segurança Pública: As forças de segurança devem actuar de forma neutra e ser vistas como o garante da ordem pública, não como participantes dos conflitos. Destaca-se, ainda, a necessidade de treinamento especializado para a polícia e outras forças de segurança sobre como lidar com a violência eleitoral, respeitando os direitos humanos com recurso a técnicas de mediação.

Protecção de Grupos Vulneráveis: A violência eleitoral afecta, desproporcionalmente, mulheres e crianças. É essencial implementar políticas que protejam esses grupos e criar mecanismos de denúncia e apoio. Revela-se, igualmente, essencial o envolvimento das lideranças religiosas e comunitárias para que promovam a paz e mediar conflitos nas comunidades, especialmente em áreas mais vulneráveis à violência.

Constituído em 2022, o Consórcio Eleitoral “Mais Integridade” tem como objectivo contribuir para a transparência e integridade do ciclo eleitoral 2023-2024, avaliando, de forma objectiva e isenta, o seu desenrolar, produzindo informação e análise públicas e credíveis sobre as várias fases do processo, incentivando o nível e a qualidade de participação dos cidadãos e contribuindo para a redução das tensões eleitorais. É composto pela Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) da Igreja Católica, Centro de Integridade Pública (CIP), Núcleo das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA), Solidariedade Moçambique (SoldMoz), Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), Capítulo Moçambicano do Instituto para Comunicação Social da África Austral (MISA Moçambique) e Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD).

Membros:



COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ
MOÇAMBIQUE



Parceiro:



Partnership | Progress | Prosperity

Para mais informação sobre o Consórcio, contacte-nos através de:

Rua Fernão Melo e Castro, nr. 124 | Bairro da Sommerschildt, Maputo, CP 3266 | E-mail: cip@cipmoz.org | Tel: +258 21499916
Contacto Directo: Edson Cortez | E-mail: edson.cortez@cipmoz.org e edcortez@gmail.com | tel: +258849551701